

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

**DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL REFERENTE AO  
MÊS DE JULHO DO PROJETO “BUSCA ATIVA” DAS  
LOCALIDADES: PAI ANDRÉ E SANTO INÁCIO**

Nossa Senhora do Socorro  
2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

**PREFEITO**

INALDO LUÍS DA SILVA

**VICE-PREFEITO**

MANOEL DO PRADO FRANCO NETO

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA

**SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

AÍDA ALMEIDA SANTOS DE SANTANA

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

MARIA DE FÁTIMA LEITE GOIS

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

ELENILSON SANTOS LIMA

**DIRETORA FINANCEIRA**

JOSIMARY DOS SANTOS

## **FICHA TÉCNICA**

MICHELLE MARRY COSTA CAMPOS

**Assessora de Planejamento**

**Equipe de elaboração**

**TÉCNICOS SOCIAIS:**

JOSÉ ALVES DANTAS JUNIOR

LOIDE SANTOS DE OLIVEIRA LINS

MARIA DE LOURDES BARROS AVELINO

WINE SILVA DE SANTANA SANTOS CASTOR

WILLIAM DAS VIRGENS SOUZA

**ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL:**

MARICELIA SANTOS DA SILVA COSTA

SANTIAGO DOS SANTOS JUNIOR

RAQUEL ANDRADE SANTOS

ROSANE DOS SANTOS DE JESUS

**Equipe Busca Ativa:**

**SUPERVISORAS DE CAMPO:**

ADRIANA MACHADO DE JESUS CRUZ

ALICE VITÓRIA NASCIMENTO SANTOS FERREIRA

JULIANA COSTA DALTRO

JULIANA RIBEIRO DE SOUZA

MARCELA SANTOS DE SOUZA

**VISITADORES SOCIAIS:**

ADELVAN CARLOS ALVES SANTOS

ANA CARLA DOS SANTOS OLIVEIRA  
CLAUDIENE DA SILVA GUIMARÃES  
DANIEL ANDRADE CRUZ  
ERICLEIDE VIEIRA SANTOS RIBEIRO  
EVELLYN COSTA DE JESUS  
FABIANE ALVES MELO SANTANA  
HELGA LETÍCIA SANTOS DIAS  
IRLA CAROLINE SILVA NASCIMENTO  
JOANA SANTOS DA SILVA FERNANDES  
KEISE PRISCILA BARBOZA DOS SANTOS  
LORENA DAYANE SANTOS MATOS TAVARES  
LUZIMARE SANTOS SILVA  
MATHEUS MESQUITA DOS SANTOS  
NARA ALVES DOS SANTOS

## **1. DADOS GERAIS DO ÓRGÃO GESTOR**

### **ÓRGÃO GESTOR**

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

### **CNPJ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

14.810.888/0001-32

### **NATUREZA JURÍDICA**

Administração Pública Municipal

### **VINCULAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro

### **ENDEREÇO**

Rua Nossa Senhora de Fátima nº 40 – SEDE. CEP 49160-000

(79) 2106-7430; (79) 2106-7431

[gabinete.assistenciasocial@socorro.se.gov.br](mailto:gabinete.assistenciasocial@socorro.se.gov.br)

### **UNIDADES GESTORAS**

Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
INTRODUÇÃO .....	8
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNÍCIPIO .....	10
EMPREGABILIDADE .....	10
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL .....	12
PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL .....	21
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	26
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	28
EDUCAÇÃO.....	29
SAÚDE .....	29
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS .....	29
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS ....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	34
ANEXOS.....	35

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório versa sobre as atividades desenvolvidas durante o mês de julho de 2021, pela equipe do Projeto “Busca Ativa”, assim como o diagnóstico socioterritorial realizado pela Vigilância Socioassistencial do município de Nossa Senhora do Socorro – SE. Os dados são apresentados em forma de quadros, tabelas e gráficos com análises e considerações sobre as localidades visitadas.

O trabalho tem caráter contínuo, por conseguinte, novas análises nascerão e mudanças tanto na produção quanto na apresentação de dados ocorrerão para que possamos nos aproximar da maneira acertada das reais prioridades no município. O aprimoramento no registro dos dados é uma busca contínua, objetivando-se a construção de indicadores mensuráveis para monitoramento e mapeamento das regiões onde há maior incidência de situações de riscos e vulnerabilidades sociais. Vale lembrar que o estudo sobre as potencialidades de famílias e comunidades, considerando a existência de serviços públicos e de entidades não-governamentais, ainda deve ser feito a fim de complementar o atual diagnóstico, oferecendo caminhos possíveis e ações estratégicas para os equipamentos públicos e para a sociedade civil organizada responder às demandas que podemos identificar com as informações aqui apresentadas.

Por fim, consideramos que há lacunas a serem preenchidas no desenvolvimento das atividades e reconhecemos que há muito trabalho por vir, mas acreditamos que as informações sistematizadas até o momento contribuem para fomentar o debate, e dessa forma, auxiliar com a tomada de decisões estratégicas pelo órgão gestor da Política de Assistência Social no município. Ademais, esperamos que as informações aqui apresentadas sejam úteis para o trabalho de todas as pessoas que executam, defendem e/ou utilizam o SUAS.

Equipe de Vigilância Socioassistencial  
Nossa Senhora do Socorro – SE.

## **INTRODUÇÃO**

A pandemia da COVID-19 – Novo Coronavírus – vigente desde 2020 e que está modificando as relações humanas, desde então, obriga todos os setores da sociedade a buscarem estratégias para continuar funcionando ao tempo que preservam a vida das pessoas. Devido ao alto potencial de transmissibilidade e letalidade do vírus, o Governo Municipal de Nossa Senhora do Socorro-SE vem buscando adotar estratégias garantidoras da segurança dos seus cidadãos. O prefeito municipal, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Local declarou situação de emergência em saúde pública no município e através dos decretos nº 19.899/2020, nº 19.911/2020, nº 19.912, nº 19.915, nº 19.917, nº 19.925 e nº 19.935 busca garantir a segurança e as condições de sobrevivência da população devido à ameaça de tal doença respiratória. Os decretos citados adotam medidas necessárias para enfrentamento à COVID-19 e estão consoantes a Lei Federal nº 13.979/2020 e as Portarias nº 337/2020 do Ministério da Cidadania e nº 188/2020 do Ministério da Saúde.

Tendo em vistas as singularidades de cada um dos setores da administração municipal, a Secretaria Municipal de Assistência Social convergente as legislações nacionais, estaduais e locais publicou Portaria nº 01, de 24 de março de 2020, que versa sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19 – no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Ante ao exposto, as atividades que o Projeto Busca Ativa vem desenvolvendo desde o início da pandemia no ano de 2020 estão respaldadas legalmente. E para que o atendimento as famílias cadastradas no Cadastro Único do município continue viável e essas pessoas permaneçam com o acesso aos benefícios da assistência social e a outras políticas públicas, os técnicos sociais do Projeto e Coordenação respectiva vêm desenvolvendo estratégias que viabilizem o trabalho das equipes de supervisores e visitantes sociais nos territórios socorrenses, devido às restrições para a realização das visitas domiciliares dos órgãos responsáveis. Dentre as alternativas encontradas, há contato com lideranças comunitárias, trabalhadores da Unidade Básica de Saúde da região e diretores de escolas, na ocasião há a apresentação do Projeto e objetivo do contato, através de reuniões identificamos locais e solicitando possíveis espaços para que a equipe possa adotar como base para desenvolvimento das atividades de cadastros dos usuários. Os espaços podem ser escolas, centros comunitários, igrejas ou outros



locais amplos que possibilitem que as pessoas mantenham a distância preconizada pelos órgãos de saúde.

Logo, há articulação e mobilização das comunidades através das parcerias com lideranças comunitárias e equipamentos das políticas sociais dos territórios para divulgação do trabalho a ser realizado nas localidades. Tal postura minimiza e/ou evita que boatos sejam disseminados notícias inverídicas sobre a atuação da equipe na localidade. São elaboradas mensagens com o teor do Projeto Busca Ativa, o tempo que irá ficar na comunidade e a documentação necessária para a atualização cadastral ou realização de novos cadastros, ressaltando ainda que não existe necessidade de os usuários chegarem durante a madrugada, pois a equipe atenderá a todos e se for necessário prorroga o período de permanência na comunidade tendo em vista a garantia de seus direitos sociais. Essas mensagens são divulgadas em grupos de whatsapp de moradores dessas localidades (texto e áudio), ou seja, buscamos intensificar as ações para alcançar o maior quantitativo e possibilitar o acesso aos benefícios sociais.

Compreendemos ainda que devido às características do Projeto Busca Ativa ser a atuação *in loco* com visitas domiciliares para a atualização cadastral e realização de novos cadastros, o modo de atuação durante a pandemia da COVID-19 não descaracteriza o objeto de trabalho, uma vez que permanece a ida aos territórios e a realização da atividade para qual o projeto foi criado, o que ocorre é a adaptação ao contexto singular que toda a humanidade está vivenciando. Ademais as visitas domiciliares ocorrem em situações específicas e necessárias, a exemplo de pessoas idosas, com deficiência ou com algum impedimento para locomoção até a base onde a equipe do projeto está alocada durante o período. Assim, buscamos garantir o acesso dos usuários em situação de risco ou vulnerabilidade social das localidades aos serviços e benefícios da política de assistência social ao tempo que evitamos que o Projeto Busca Ativa tenha descontinuidade no município.

Considerando o cenário social descrito, podemos compreender que os dados podem não responder direta e imediatamente a situações de risco, vulnerabilidades sociais ou violações de direitos de famílias e pessoas. No entanto, quando organizados na forma de um diagnóstico, permite o planejamento de ações a médio e longo prazos, possibilitando a construção de estratégias de atuação que sejam capazes de orientar o trabalho futuro. Havendo informações que orientem o planejamento torna-se possível

ênfatizar o caráter proativo e preventivo de uma política social, atuando de forma a evitar que vulnerabilidades e riscos se agravem gerando violação de direitos.

Desde o início do projeto Busca Ativa – em julho de 2017 – a equipe da vigilância socioassistencial tem consolidado dados e buscado informações nos territórios para que se faça um diagnóstico socioterritorial. Buscar tais informações não está sendo difícil, porém, diagnosticar um município de grande porte e heterogêneo é sem dúvidas um dos maiores desafios enfrentados pela equipe. Dessa forma, o relatório que ora chega ao leitor, objetiva relatar as atividades realizadas pelos funcionários do Projeto “Busca Ativa” que está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Ressaltamos mais uma vez que as atividades no território estão sendo realizadas com as medidas sanitárias necessárias, conforme a legislação já citada, além do respaldo pelo Decreto 40.615 de junho de 15 de Junho de 2020 e o Decreto 22.546 de 11 de Janeiro de 2021 que dispõe sobre estratégias de enfrentamento e prevenção em virtude da pandemia do coronavírus – COVID-19, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, onde ficou estabelecido o uso obrigatório de equipamento de proteção individual, indicado para cada atividade, em especial o uso de máscaras.

## **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (consulta em junho de 2021):

- População estimada [2020] 185.706 pessoas;
- População no último censo [2010] 160.827 pessoas;
- Densidade demográfica [2010] 1.025,87 hab/km<sup>2</sup>;
- Área da unidade territorial [2020] 155,018 km<sup>2</sup>;
- Mortalidade Infantil [2019] 18,47 óbitos por mil nascidos vivos;
- PIB per capita [2018] R\$ 14.090,75.

## **EMPREGABILIDADE**

O Ministério da Economia pelo Novo Cadastro Geral De Empregados e Desempregados (Novo CAGED) apresenta que no mês de maio 2021 foram realizadas 334 admissões. É importante destacar que os dados referentes ao mês de junho ainda não estão expostos no sistema. Devido ao período de tempo para atualização do sistema, ainda não é possível fazer a contagem anual para 2021. Ressalta-se que os dados sobre empregos possuem uma dupla dimensão, ao passo que o setor privado sinaliza as

perspectivas de crescimento ou queda por bens e serviços e o setor público informa sobre a política econômica e as necessidades de formulação de políticas de emprego e distribuição de renda. O saldo de emprego no município de Nossa Senhora do Socorro se encontra positivo, trazendo-nos que no mês de maio 2021 o saldo de emprego de 40.

O estoque, que é a quantidade de vínculos celetistas ativos, apresenta 16.290 vínculos no mês de maio de 2021.

**Tabela 1 – Emprego no Município Maio/2021**

Admissões	Desligamentos	Saldo	Estoque
334	294	40	16.290

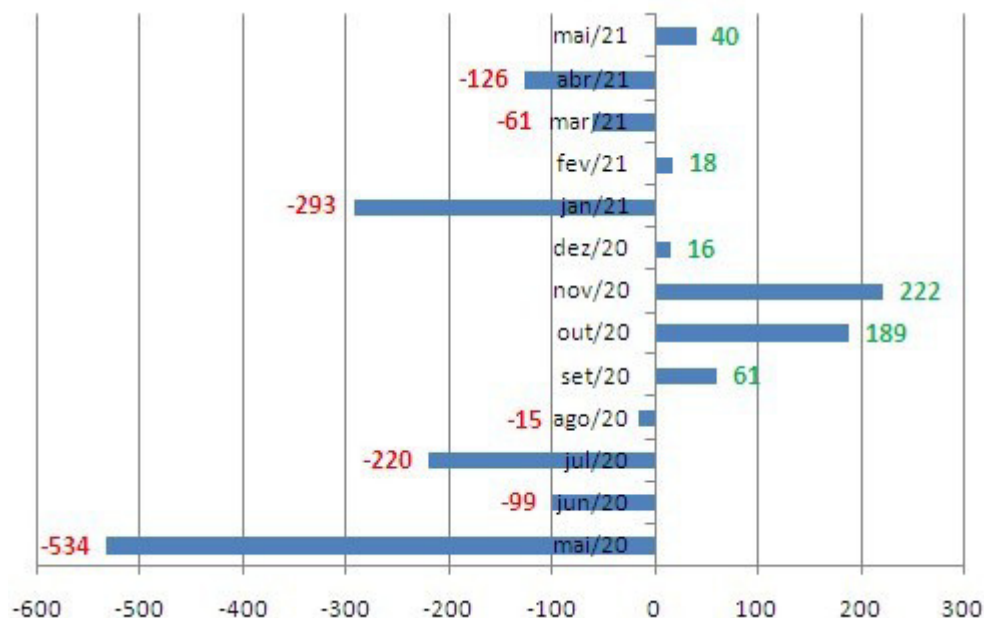
Fonte:CAGED(julho/2021)

**Tabela 2 – Emprego por Atividade Econômica no Município Maio/2021**

Atividades Econômicas	Maio		2021	
	Admissões	Desligamento	Saldo	Estoque
Agropecuária	0	0	0	75
Comércio	98	85	13	4.499
Construção	12	24	-12	1.195
Indústria	87	85	2	5.229
Serviço	137	100	37	5.292
Total	334	294	40	16.290

Fonte:CAGED(julho/2021)

**Figura 1 – SALDO DE EMPREGO CAGED**



Fonte:CAGED(julho/2021)

## DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas. Ítalo Calvino, em “As Cidades Invisíveis

Ao falarmos em território abre-se um leque de significados, no entanto todos são associáveis ao nosso cotidiano como: área, localidade, grande extensão de terreno. Porém, quando trazemos o termo para as ciências sociais percebemos que o território não deve ser entendido apenas em sua dimensão física, mas também em sua dimensão sociocultural.

Dizer isto é compreender o território não apenas como um conjunto de coisas existentes em um lugar, mas como território usado, pois ele além de chão é identidade e um espaço de trocas. Este espaço comporta indivíduos, famílias, coletividades e classes sociais que são usuários das políticas públicas. Como afirma Roberto DaMatta, ao se referir a casa e a rua:

Quando digo então ‘casa’ e ‘rua’ são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DaMatta, p. 14)

Nos dias atuais, o território vem adquirindo relevância no meio profissional, em especial na articulação do Serviço Social com as Políticas Sociais. Tratado muitas vezes em sua generalidade como “chão de políticas sociais”.

Ao buscar um lugar para habitar, o indivíduo não procura o espaço em si, mas uma relação, uma ligação com o lugar; mesmo que ele não racionalize estas questões. Por isso remoções podem destruir o sentimento de pertencer a um lugar e ocasionar em outros problemas como, por exemplo, a depredação a patrimônios públicos.

Compreendendo o território enquanto espaço dinâmico, movido por distintos interesses e relações sociais, o mesmo pode gerar situações de risco e vulnerabilidade sociais, expressadas, por exemplo, nas situações de pobreza e exclusão social. Os territórios podem unir ou afastar, segregar ou agregar, daí a importância da realização de um diagnóstico socioterritorial que articule tanto a dimensão física – delimitando

política-administrativamente os territórios –, quanto à extensão sociocultural para compreendermos as interações socioculturais dos grupos envolvidos. Para que isto seja possível é necessário articular o conhecimento da realidade a partir das dinâmicas socioterritoriais e demográficas, como por exemplo, o acesso da população a serviços básicos a saúde, educação e habitação, etc. Este diagnóstico não deve ser compreendido como uma única etapa, uma vez que visa embasar o planejamento para as atividades desenvolvidas pelo Projeto Busca Ativa, ou seja, a identificação e o mapeamento das condições geradoras de risco e vulnerabilidade, assim como, seus possíveis potenciais à superação dessas condições.

Destarte, é importante que se destaque que “a rua que interessa”, adotando uma expressão de Magnani (1993), não é o espaço urbano em si, mas o espaço social da rua, cujos significados construídos pelos atos cotidianos o diferenciam e o tornam uma categoria sociológica de fácil entendimento. São os processos interativos, representativos e simbólicos relacionados à experiência vivida que constroem sociabilidades de rua, enquanto o espaço de uma vida pública (Leite, 2007).

Faz-se necessário agregar as informações da comunidade local, articulando-as com os dados obtidos pelos sistemas governamentais, proporcionando assim a construção conjunta do diagnóstico socioterritorial que se aproxime o máximo possível das necessidades das localidades abrangidas pelo projeto.

O espaço geográfico é assim produto e ao mesmo tempo o elemento determinante do movimento, o resultado da socialização da natureza e da própria totalidade que organiza a dialética da humanização- naturização enquanto o processo, num caráter de permanente continuidade. (Moreira, 2012 p. 26)

No que tange ao território de Nossa Senhora do Socorro – SE, este faz parte do território da Grande Aracaju, contando com uma população estimada de 185.706 pessoas, em 2020 e densidade demográfica de 1.025,87 hab/km<sup>2</sup>, conforme dados do último censo realizado pelo IBGE. Nas últimas 04 décadas a população socorrense cresceu significativamente, particularmente a partir de 1980 quando ocorreu a criação do Distrito Industrial de Socorro, passando de 9.346 habitantes em 1970 para 160.827 em 2010. Frisa-se que o atual Plano Diretor de Nossa Senhora do Socorro (Lei 1118/2015) subdivide o município em Sede, Complexo Jardim e Complexo Taiçoca, sendo a distribuição populacional de 2%, 29% e 69%, respectivamente. Cabe ressaltar

que esse cenário de intensa urbanização e crescimento populacional resultam no aumento de situações violadoras de direitos, como o aumento do trabalho infantil.

As capacitações das atividades de trabalho em campo tiveram continuidade no mês de fevereiro de 2020, cumprindo as determinações do Decreto 9.465 de 22 de Junho de 2020 que retoma as atividades trabalhistas de forma presencial com as medidas sanitárias necessárias. Destaca-se que o ano de 2020 foi atípico devido ao início do período pandêmico da COVID-19, que ainda está se estendendo até o ano de 2021 para todos os cantos do globo terrestre. Logo, devido a essa Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) do surto mundial do novo coronavírus – cenário alarmante –, o prefeito municipal de Nossa Senhora do Socorro, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal declarou situação de emergência em saúde pública no município, através do decreto nº 19.899, de 16 de março de 2020, na busca contínua de reduzir os riscos de disseminação da doença e garantir a segurança da comunidade socorrense, adotou medidas de segurança necessárias para seu enfrentamento, previstas na lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

As epidemias podem acarretar o reconhecimento de estado de calamidade quando o Poder Público entende que as demandas impostas pela situação extrapolam sua capacidade de resposta. Nesse sentido, as normativas federais identificam as calamidades públicas como situações que causam perdas, riscos e danos à integridade pessoal e familiar, razão pela qual demandam respostas imediatas do Poder Público como a prestação de benefícios eventuais. Com referência no que dispõe a Portaria nº 54 do Ministério da Cidadania, de 1º de abril de 2020, com o apoio da vigilância socioassistencial de âmbito local e demais políticas públicas, as equipes do SUAS precisam conhecer o território e a realidade da população que nele vive. Durante o ano de 2018, 2019 e 2020 a vigilância socioassistencial elaborou diagnósticos socioterritoriais. Portanto, o trabalho da vigilância socioassistencial foi fundamental, pois o que possibilitou mapear e identificar os territórios onde há maior incidência de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, permitindo agir proativamente na garantia dos benefícios eventuais, oferecendo respostas rápidas às demandas que vão surgindo durante a pandemia. Ademais, o retorno da equipe de Busca Ativa para o trabalho em campo foi devidamente planejado para que pudessemos

atender inicialmente e de maneira urgente os territórios onde as situações de vulnerabilidade social e econômica estivessem mais evidentes.

Com base no exposto, a atuação do Projeto flui dentro das possibilidades postas pela Pandemia da COVID-19 e no mês de julho de 2021, as atividades foram desenvolvidas na Escola Municipal Apulcro Mota, no Povoado Pai André (esta base territorial serviu para atender as comunidades do Loteamento Santo Inácio e Pai André). Fazem parte do Complexo Jardim, sendo o CRAS Dr. Franklin de Oliveira Ribeiro sua referência no que diz respeito à proteção social básica junto com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “Espaço Feliz” e o CREAS Leonel Brizola – enquanto proteção social de média complexidade –, os equipamentos citados estão localizados no Conjunto Parque dos Faróis.

Tendo em vista a estratégia que já vem sendo adotada nos meses anteriores, a equipe atendeu a população do Pai André e Loteamento Santo Inácio, em paralelo aos cadastros os técnicos sociais realizavam a exploração do território, visitas a outros equipamentos públicos para mobilizar a comunidade e visitas domiciliares em casos de vulnerabilidade social identificados pela equipe técnica. Com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços da Política de Assistência Social, optou-se por subdividir as equipes, ficando 02 equipes por localidade.

No dia 19 de julho houve contato com o diretor da Escola Municipal Apulcro Mota, com posterior reunião com responsáveis e conhecimento do espaço da escola para que a equipe do Projeto pudesse usar como base para atender a comunidade local. Logo em seguida, a equipe técnica se deslocou até a Unidade Básica de Saúde Antonio Carlos Leite Franco, a fim de obter informações sobre pessoas que estavam na lista e não poderiam se deslocar de suas residências para realizar o cadastro

Tanto na comunidade do Povoado Pai André, quanto no Loteamento Santo Inácio as equipes do Projeto Busca Ativa realizam atualizações e cadastros do Cadastro Único para Programas Sociais das famílias residentes na região. Observado que nas últimas localidades visitadas, houve uma boa demanda de usuários para atualizar, cadastrar e esclarecer dúvidas. Permanece a identificação de situações de vulnerabilidades sociais e não acesso a documentação civil básica, nessas situações foram feitas as orientações sociais de como o usuário deveria proceder, realização de

visitas quando necessárias, além de encaminhamentos seja para o CRAS da região ou para outros órgãos competentes para atender a demanda.

As atividades no mês de julho ocorreram da seguinte forma: as duas primeiras semanas do mês de julho prosseguimos com os atendimentos das demandas dos usuários do Povoado Calumbi, Tabocas, Oiteiros e Novo Horizonte, considerando a vivacidade e a dinamicidade do território, as expectativas e os planejamentos dos trabalhos nem sempre correspondem a realidade vivenciada, devido a procura dos usuários pelos serviços ofertados pela equipe do Projeto Busca Ativa houve a ampliação do tempo no Povoado Oiteiros.

Na terceira semana do mês de julho foram iniciadas as atividades no Povoado Pai André e Loteamento Santo Inácio. Devido ainda vivenciarmos o período pandêmico, a equipe técnica continua entrando em contato com os líderes comunitários, agentes de saúde, trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde, diretores das escolas e solicitando espaços (escolas, centros comunitários, igrejas) como estratégia para a viabilização do trabalho, tendo em vista as restrições concernentes a realização das visitas domiciliares advindas do Ministério da Cidadania no que diz respeito ao Cadastro Único. Ou seja, há a permanência do trabalho de articulação e mobilização da comunidade, fazendo parceria com lideranças comunitárias e equipamentos das políticas sociais dos territórios a fim de divulgar o trabalho que seria feito nas comunidades, minimizando e/ou evitando a disseminação na comunidade de notícias falsas sobre o desenvolvimento do trabalho na localidade – realizar o trabalho, bem como, divulgando através de grupos de whatsapp de moradores dessas localidades, visando intensificar as ações a alcançar o maior número de pessoas, garantindo assim o acesso aos benefícios sociais.

Ao compararmos a quantidade de cadastros novos ou atualizações de maio e de junho, podemos observar uma significativa melhora nos números. No mês de julho de 2021, a equipe do Projeto Busca Ativa realizou 327 cadastros, o que é possível notar um elevado número de atendimentos quando comparados aos meses anteriores. Desses cadastros, temos: Pai André (97 atualizações, 16 cadastros novos, 170 pendentes de atualização), Santo Inácio (86 atualizações, 09 cadastros novos, 66 pendentes de atualização), Calumbi (3 atualizações, 13 cadastros novos), Tabocas (15 atualizações, 3 cadastros novos), Oiteiros (75 atualizações, 3 cadastros novos), Novo Horizonte (1



atualização, 1 cadastro novo), JardimII (1 atualização, 1 cadastro novo) e Marcos Freire III, Palestina, Palestina de Fora e Parque São José (cada um com 1 atualização).

Cabe destacar, no entanto, que o momento pandêmico atual não permite que maiores mobilizações comunitárias sejam realizadas, com isso há impactos diretos na cobertura de famílias com suas informações atualizadas. Tendo em vista o “novo” normal da sociedade em sua vivência durante a Pandemia da COVID-19, a equipe, dentro das possibilidades, permanece a realizando visitas domiciliares em caso específicos nas comunidades visitadas, quando há situações onde a mobilidade do usuário é limitada (Ex.: pessoas com deficiência ou idosos), assim como situação de extrema pobreza e identificação de situações de vulnerabilidade e risco social (onde a não intervenção da política de assistência social pode gerar uma violação de direitos ou mesmo o agravamento) para viabilizar a atualização cadastral desses sujeitos e continuidade do recebimento do benefício social que recebia (Ex.: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada).

Sobre a caracterização das localidades visitadas, temos o seguinte:

- Povoado Pai André: Esta localidade está localizada entre a Capital Sergipana e Nossa Senhora do Socorro, próxima a BR 101 e faz parte do Complexo Jardim. É um território vulnerável socialmente e que mescla características de urbanização e ruralidade. Há altos índices de pobreza e extrema pobreza, com números consideráveis de situações violadoras de direitos nos mais diversos segmentos populacionais. Há deficiência quanto ao acesso a Políticas Sociais, a exemplo de CRAS, sendo o equipamento de referência o CRAS Doutor Franklin de Oliveira que se encontra no Conjunto Parque dos Faróis. O CREAS Leonel Brizola (Parque dos Faróis) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Parque dos Faróis). Durante diálogo com os moradores, percebemos que há dificuldade no que tange ao acesso ao CRAS de referência, portanto, a alternativa encontrada por eles, é buscar o CRAS Maria José Reis de Oliveira, que fica no Conjunto Jardim. Ademais, na localidade há Unidade Básica de Saúde, como a “Antonio Carlos Leite Franco” e escola da rede pública Ex.: Escola Municipal Apulcro Mota – não identificamos escolas particulares

O comércio local não é desenvolvido, possuindo algumas mercearias, lojas de materiais de construção, em sua maioria na via principal. Há poucas ruas pavimentadas, não correspondendo a todo território. No que tange aos espaços religiosos,

identificamos diversas igrejas protestantes, uma igreja católica e várias igrejas de matriz africana, o que reforça pesquisas da antropologia e sociologia urbana, nas quais, afirmam que as religiões auxiliam seus membros a lidar com a pobreza, oferecem apoio para enfrentar as dificuldades, auxiliam e encontram soluções para enfrentar problemas cotidianos, além de oferecer esperança por meio da fé. Não há opções de lazer para a comunidade local.

- Loteamento Santo Inácio: a região possui características de ruralidade, embora na classificação territorial nos sistemas constem como urbano. Assim como a localidade vizinha, faz parte do Complexo Jardim e margeia a BR 101. As mesmas referências dos equipamentos das políticas públicas que atendem o Povoado Pai André são as que atendem o Lot. Santo Inácio (CRAS Doutor Franklin de Oliveira, CREAS Leonel Brizola e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, todos localizados no Conjunto Parque dos Faróis). É uma localidade carente quanto à saneamento básico, compreendendo o conceito ampliado no sentido de fornecer água potável, coletar e tratar esgoto, realizar a limpeza urbana além da destinação adequada de resíduos sólidos e o controle de pragas e agente patogênico. Há poucas ruas pavimentadas e com difícil acesso, coleta de lixo precária, muitos moradores alegam queimar seus “lixos”. Os moradores referem ainda cozinhar no fogão a lenha, devido a alta no preço do botijão de gás, assim como dificuldade para adquirir os itens básicos para alimentação.

Referente ao desenvolvimento econômico, há muita referência a sobreviver com os benefícios da política de assistência social, doações de alimentos de instituições religiosas, além mendicância. Há referência também de prestação de serviços nos centros urbanos próximo. Há pequenos estabelecimentos comerciais, a exemplo de materiais de construção, mercearia, oficinas, borracharias e bares.

Quanto a mobilidade dos moradores e o transporte público, esses se deslocam até a BR-101 para acessar os ônibus da Coopertalse ou os coletivos dos terminais de integração da Grande Aracaju, além recorrer aos “táxis lotação” ou fretamento. No aspecto dos coletivos dos terminais de integração há dificuldade quanto aos horários reduzidos e as não pavimentadas.

Há diversos espaços religiosos, com vertentes cristãs (igrejas evangélica e católica) e de matriz africana (dito por moradores que a região possui 05 terreiros de

candomblé ou umbanda). Foram observadas poucas opções lazer para a comunidade local.

Salientamos mais uma vez que a base de dados de famílias com cadastros desatualizados há dois anos foi extraída da Consulta Seleção e Extração de Informações do CadÚnico –CECAD. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas e de acordo com o site do Governo do Federal, o Cadastro Único é “um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.”

Ademais, a equipe de técnicos sociais em conjunto com estagiários de Serviço Social, no mês de julho de 2021, participou de reuniões com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de Elaborar o Plano Municipal da Primeira Infância, através de dados disponibilizados pelas Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social e da parceria com as Escolas Municipais de Nossa Senhora do Socorro que enviou desenhos de alunos para a construção de um plano que priorize a voz das crianças. Além disso, a equipe técnica esteve construindo o Diagnóstico Socioterritorial do Trabalho Infantil e o Perfil dos Usuários do Restaurante Popular. Permaneceu a realização de reuniões internas para alinhamento de postura no desenvolvimento do trabalho em equipe, além de avaliação e monitoramento das atividades desenvolvidas. Ademais há planejamento e acompanhamento da realização dos cadastros e das visitas domiciliares de atualização e averiguação – quando necessárias –, digitando, conferindo dados dos cadastros, encontradas nos territórios além de lançar e consultar os Registros Mensais de Atendimento (RMA's), consultar o CadSUAS, monitorando o planejamento de atividades de toda a rede socioassistencial para o ano de 2021.

Cabe sinalizar que há 01 assistente social e 02 estagiários de Serviço Social que auxiliam o setor do Cadastro Único. Uma vez que o trabalho do Assistente Social na operacionalização do Bolsa Família não é alheio à tendência global das políticas sociais. Ao contrário, seu formato focalizado é condicionado e representa a expressão máxima

da reconfiguração das políticas sociais contemporâneas, imbuídas de argumentos e, conseqüentemente, os profissionais do Serviço Social têm suas atribuições assinaladas pelos seguintes imperativos: organizar atividades socioeducativas de ativação, preencher registros, incorporar documentos comprobatórios de ocorrência e sua motivação, avaliar as justificativas apresentadas nos recursos pelos beneficiários, arquivar a documentação que comprova as justificativas alegadas e emitir parecer com a fundamentação da decisão de aplicação ou não das políticas sociais.

Tendo em vista o exposto e que o Serviço Social se reproduz através das relações sociais na garantia de direitos. O Projeto Busca Ativa em parceria com o CadÚnico viabilizam benefícios aos usuários que se encontram em vulnerabilidade social. Fazendo encaminhamento para expedição da segunda via de Registro Geral (RG), certidão de nascimento, emissão da Carteira do Idoso, orientação social, emissão de Folha Resumo para inclusão na tarifa social de energia e água.

No mês de julho do corrente ano foram realizadas 18 (dezoito) visitas domiciliares e 25 (vinte e cinco) atendimentos presenciais dos usuários do Bolsa Família. No cotidiano de trabalho vinculado à gestão das condicionalidades de programas de transferências de renda, há relatos que expõem diversas situações em que vivem os beneficiários.

Somando os cadastros realizados nos territórios, trezentos e vinte e sete (327) com os atendimentos dos funcionários que ficam no Setor do Cadastro Único vinte e cinco (25), o projeto Busca Ativa tem um total de trezentos e cinquenta e duas (352) ações entre cadastros e atendimentos. No quesito atendimento do Cadastro Único, destacamos ainda que essa categoria está em fase de aperfeiçoamento, uma vez que atendimentos são diversos e uma orientação social pode se caracterizar como tal, logo, a dinâmica da realidade posta certamente é superior ao que consegue-se registrar.

Ademais, em julho houve diversas reuniões internas no setor, além de reuniões com outros coordenadores da rede. Uma vez que o trabalho desenvolvido somente é possível devido as articulações inter e intrassetoriais das políticas públicas existentes no município.

É função da vigilância sistematizar as informações em seu âmbito de atuação para facilitar o processo de planejamento e execução de serviços e, nos casos que se fizerem necessários, propor novas formas e questões para a coleta de informações. É

importante destacar que o Censo SUAS é um processo de monitoramento que coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas Secretarias e Conselhos de Assistência Social dos Estados e Municípios. É realizado anualmente desde 2007, por meio de uma ação integrada entre a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e foi regulamentado pelo Decreto nº 7.334 de 19 de outubro de 2010. Assim, o Censo SUAS é fundamental no que tange a produção de dados sobre a implementação da política social no Brasil. Além disso, objetiva aperfeiçoar a gestão do SUAS, a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população; identificar os avanços, limitações da institucionalização do SUAS e ele fornece informações que possibilitam ao poder público dar transparências e prestar contas de suas ações à sociedade.

### **PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL**

As informações contidas no Cadastro Único para os programas do Governo Federal apresentam especificidades relativas ao público da política de assistência social. Após a leitura das informações demográficas acima, é importante conhecer o perfil geral das famílias e pessoas com cadastro atualizado, pois elas confirmam uma população em si, com suas características próprias a partir da perspectiva da assistência social, ou seja, representa a totalidade das pessoas que têm acesso ao Cadastro Único, instrumento primordial no conhecimento do público da Política de Assistência Social. As informações a seguir foram extraídas de consultas feitas no mês de julho de 2021, aos sistemas do Ministério da Cidadania:

**Tabela 3 – Dada Gerais das Famílias com Cadastro Único**

Famílias Cadastradas no Cadastro Único (abril/2021)	<b>44.772</b>
Famílias Atualizadas no Cadastro Único (abril/2021)	<b>30.032</b>
Famílias Beneficiárias Programa Bolsa Família (junho/2021)	<b>22.682</b>

Fonte: SAGI (julho/2021)

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em **abril** de 2021 é de **44.772** dentre as quais:

- 27.563 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00, o que equivale a **62%**;
- 3.170 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, equivalente a 7%;
- 7.962 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo, equivalente a 18%;
- 6.077 com renda per capita acima de meio salário mínimo, equivalente a 14%.

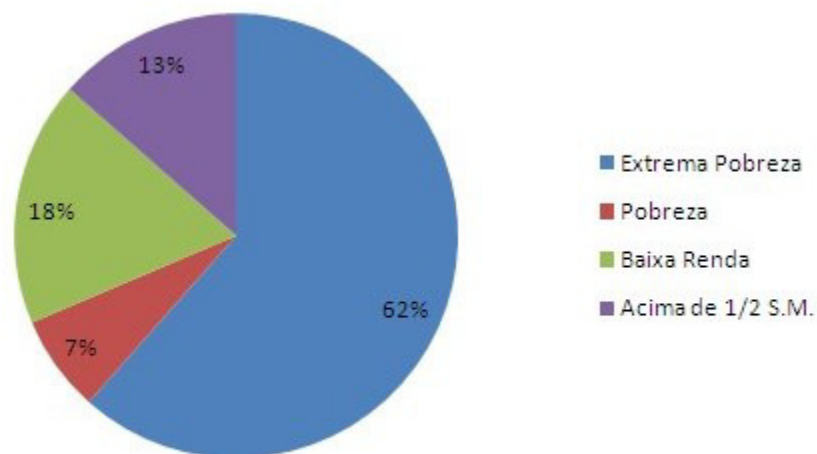
Segundo os dados do Cadastro Único, 30.032 famílias estão com os cadastros atualizados, destas, há pelo menos 26.354 famílias que vivem com renda de até ½ salário mínimo, ou seja, **87%** destas famílias sobrevivem com uma renda abaixo do salário mínimo, o que nos sinaliza a urgência de medidas que possam reverter esse quadro bastante preocupante.

**Tabela 4 – FAIXA DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA DAS FAMÍLIAS MAIO/2021**

Faixa de Renda Familiar per Capta	Não Beneficiários PBF	Beneficiários PBF	Total
Extrema Pobreza	7.400	20.390	27.790
Pobreza	1.607	1.576	3.183
Baixa Renda	7.330	730	8.060
Acima de 1/2 S.M.	6.099	10	6.109
<b>Total</b>	<b>22.436</b>	<b>22.706</b>	<b>45.142</b>

Fonte: SAGI (julho/2021)

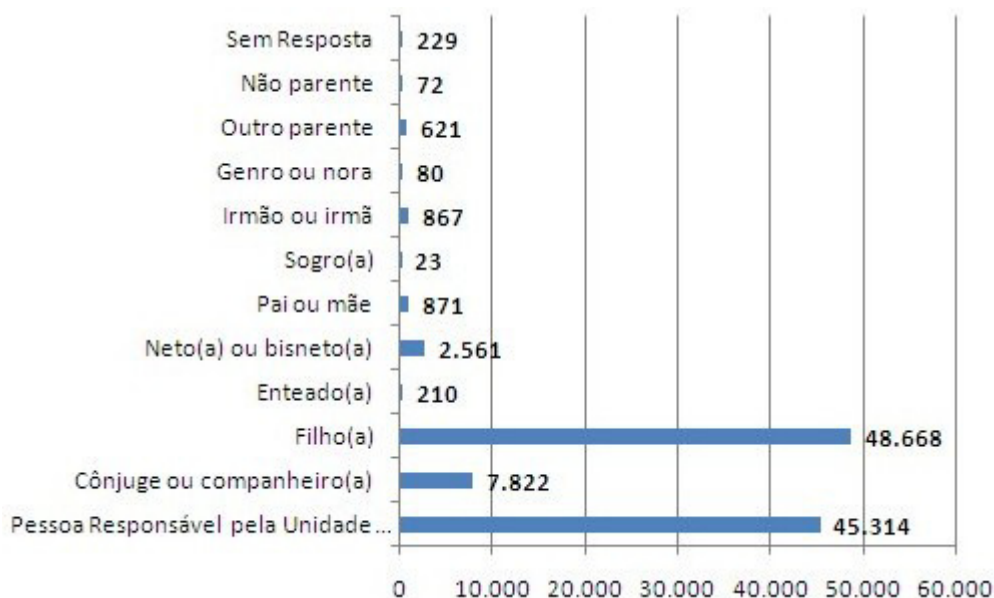
**Figura 2 – Percentual de Famílias de Acordo Com a Renda Per Capita Mensal Maio/2021**



Fonte: SAGI (julho/2021)

A composição familiar é um indicador que mostra a quantidade componente das famílias em relação ao responsável das famílias inclusas no cadastro, como se pode ver na figura 3.

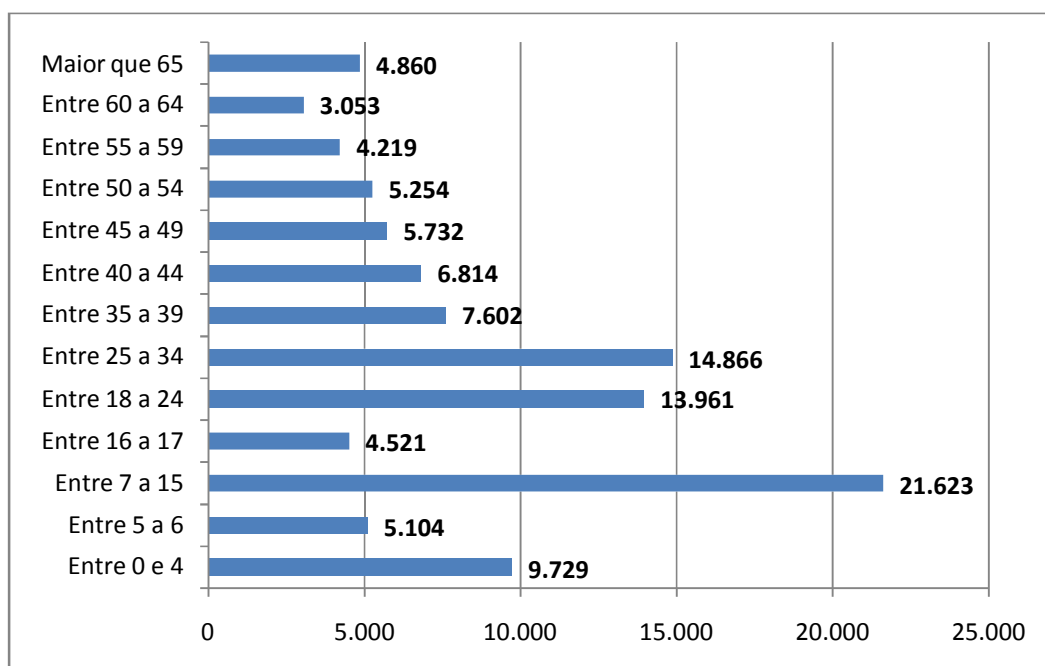
**Figura 3 – Composição Familiar Junho/2021**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (julho/2021)

A figura 3 nos informa que temos 45.314 responsáveis pela família (RF). Dos familiares que vivem com os RF, é possível ver que os filhos se destacam em relação aos demais, tendo 48.668 pessoas. Em contrapartida a quantidade de cônjuges ou companheiros é de 7.822. Um dos indicadores importante para conhecimento do público é a faixa etária conforme é apresentada na figura 4, de todo o componente familiar.

**Figura 4 – Faixa Etária dos Cadastros do CadÚnico Junho/2021**

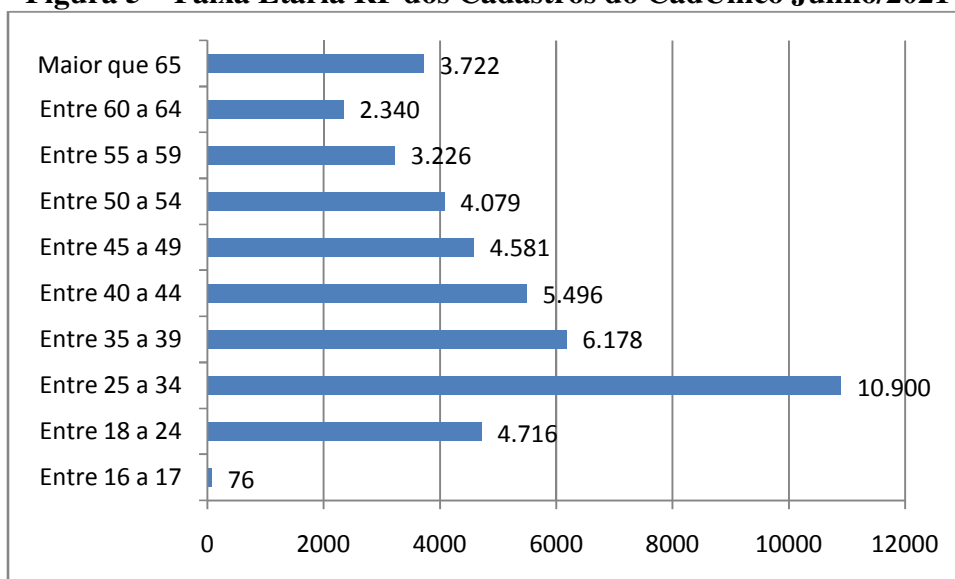


Fonte: CECAD 2.0/SAGI (julho/2021)

A figura 4 apresenta a faixa etária dos cadastros, a idade com maior quantidade sendo composta por crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos, que contabiliza um total de 21.623. Sendo seguido de jovens entre 25 a 34 anos, com 14.866 cadastros. O sistema está apresentando inconsistência em relação à quantidade de famílias e responsáveis familiares, em teoria deveria ser o mesmo valor, no entanto, está divergindo.

A figura 5 apresenta a faixa etária dos responsáveis familiares. A variável demonstra que a maior quantidade de RF's são jovens e adultos entre 25 e 34 anos, contabilizando 10.900.

**Figura 5 – Faixa Etária RF dos Cadastros do CadÚnico Junho/2021**

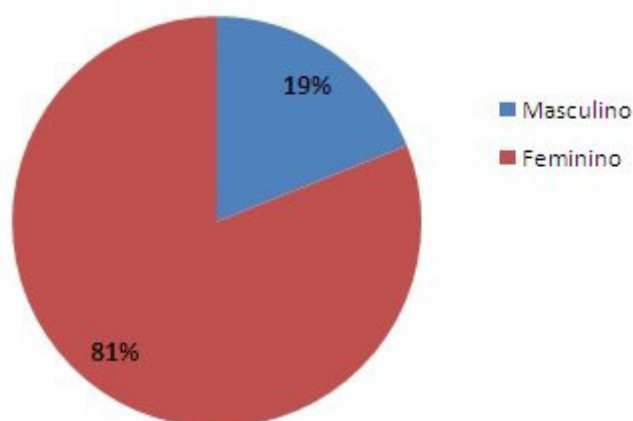


Fonte: CECAD 2.0/SAGI (julho/2021)



A composição do cadastro apresenta que em julho 81% era composto por pessoas no sexo feminino, enquanto que, 19% é do sexo masculino. O Cadastro Único desde seu início era voltado para a mulher chefe de família, no qual teve seu início pautado no Bolsa Família, logo em seguida, sendo incorporado outros programas. Abaixo a figura 6 apresenta o quantitativo dos responsáveis familiares por sexo, e se são beneficiários do programa bolsa família.

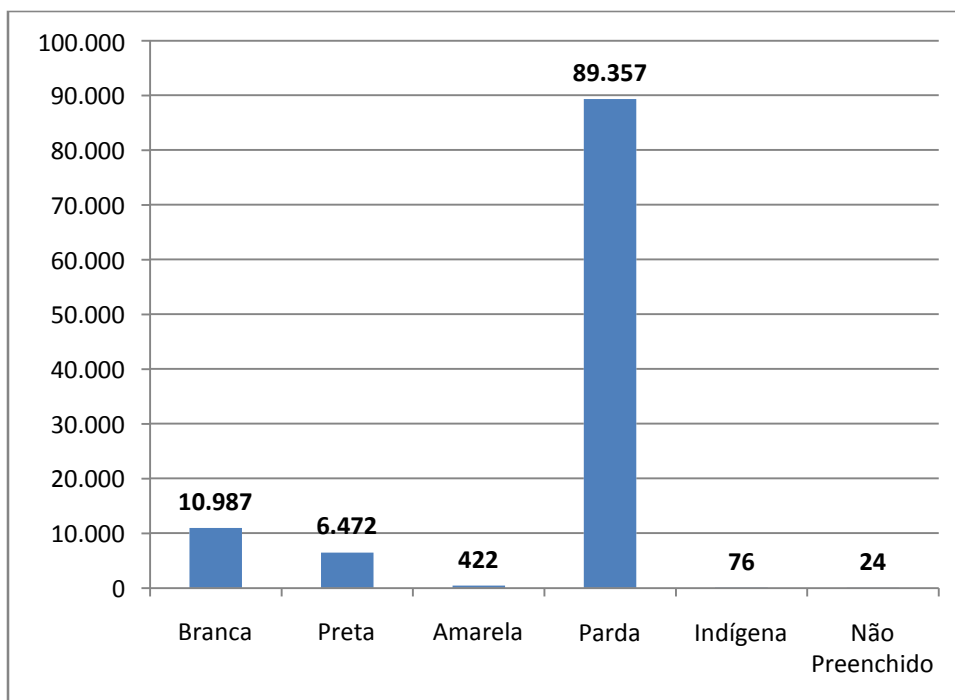
**Figura 6 – Sexo dos Responsáveis Familiares Junho/2021**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (julho/2021)

Em relação à cor ou raça das pessoas cadastradas, é expressivo que é composta por afrodescendentes, no qual a cor ou raça declarada pelo responsável familiar no momento do cadastro foi 89.357 parda e 6.472 preta. Enquanto que o número declarado de pessoas de cor ou raça foi 10.987 branca, 422 amarela e 76 indígena.

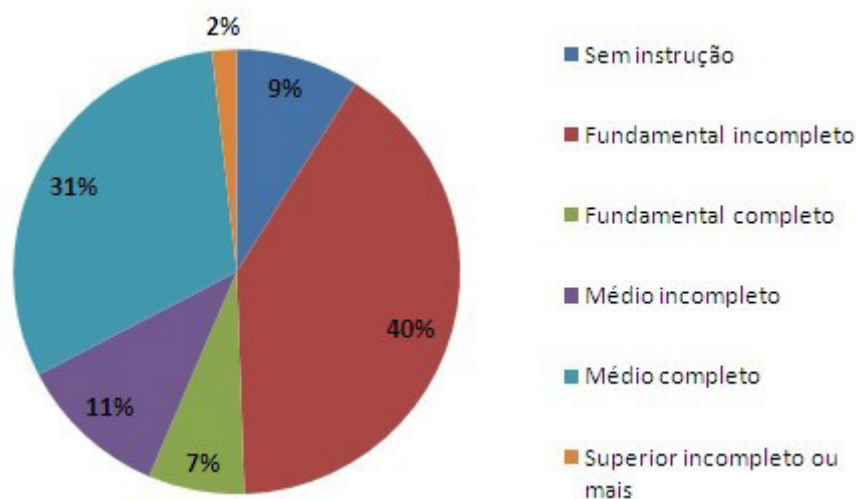
**Figura 7 – Cor ou Raça dos Cadastrados no CadÚnico Junho/2021**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (julho/2021)

A figura 8 apresenta o grau de instrução dos RF's, no qual nos apresenta que 18.297 pessoas têm ensino fundamental incompleto. Seguido temos que 4.056 não tem instrução, que representa 9% do RF's.

**Figura 8 – Grau de Instrução dos Responsáveis Familiares Junho/2021**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (julho/2021)

## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência de Renda que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil e tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo

para que estas superem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. É importante destacar, que a gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução do Programa.

No município, havia **22.682 famílias** beneficiárias do Bolsa Família no mês de julho de 2021 sendo **61.422 pessoas** diretamente beneficiadas pelo Programa. Dentre essas famílias, **81,08 %** dos responsáveis familiares (RF) eram do sexo feminino. O Programa prevê o pagamento dos benefícios financeiros preferencialmente à mulher, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da autonomia feminina tanto no espaço familiar como em suas comunidades.

Nesse mês, o número de pessoas beneficiárias do PBF equivalia aproximadamente a **33%** da população total do município, abrangendo **20.391 famílias** que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa foi de **125 %** em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês de **julho de 2021**, foram transferidos **R\$ 918.879,00** às famílias do Programa no seu município, e o benefício médio repassado foi de **R\$ 40,51** por família.

**Tabela 4 – Benefícios Bolsa Família Junho/2021**

Total de Benefícios	
Básico	21.973
Variável	25.719
Jovem	3.356
Nutriz	245
Gestante	658
Superação da Extrema Pobreza <sup>1</sup>	4.321

Fonte: SAGI (julho/2021)

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios (IGD-M) mede mensalmente as Taxas de Atualização Cadastral e de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação e Saúde. Com base neste índice, que varia de 0 (zero) a

<sup>1</sup> O Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) é pago às famílias que, mesmo recebendo outros benefícios do PBF, continuam em situação de pobreza extrema (renda per capita mensal de até R\$ 89,00). O valor do BSP correspondente ao necessário para que a família supere os R\$ 89,00 mensais por pessoa e pode ter valores diferenciados para cada família.

1 (um), são calculados os repasses financeiros que o Ministério da Cidadania realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família.

**Tabela 5 – Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

IGD-M	Repassado em Maio/2021	Soma das parcelas de 2021
0,85	R\$ 74.174,76	R\$ 370.873,80

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC (julho/2021)

Os repasses desses recursos são realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do município. O último repasse foi de R\$ 74.174,76 com base no índice **0,85** do IGD-M referente ao mês de **maio de 2021**.

Os valores financeiros calculados com base no IGD-M e repassados ao município no *exercício corrente* somam o montante de **R\$ 370.873,80**.

## **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA**

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com mais de 65 anos ou a pessoa com deficiência que não possui renda suficiente para manter a si mesmo e à sua família, conforme os critérios definidos na legislação.

A Renda Mensal Vitalícia (RMV) é um benefício em extinção, mantido apenas para aqueles que já eram beneficiários até dezembro de 1995. A RMV foi criada em 1974, por meio da Lei nº 6.179/74, como benefício previdenciário destinado às pessoas “*maiores de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada*” e não recebiam rendimento superior a 60% do valor do salário mínimo. Além disso, não poderiam ser mantidos pela família bem como não poderiam ter outro meio de se sustentar.

Na consulta realizada no mês de janeiro ao sistema da SAGI, o BPC apresentou os seguintes dados, com base no mês de maio/2021:

- Total de beneficiários pela fonte pagadora: **2.750**
- Total de beneficiários do BPC inscritos no cadastro único: **2.491**
- Percentual de beneficiários do BPC inscritos no cadastro único: **90%**

**Tabela 6 – Benefícios de Prestação Continuada**

<b>BPC Total de Beneficiários pela Fonte Pagadora</b>	<b>Tipo</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em maio/2021</b>	<b>Repassado em 2021</b>
		PCD	1.909	R\$ 2.103.202,46
	Idosos	841	R\$ 925.100,50	R\$ 4.576.002,50
<b>RMV Total de Beneficiários pela Fonte Pagadora</b>	<b>Tipo</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em maio/2021</b>	<b>Repassado em 2021</b>
		19	R\$ 20.900,00	R\$ 105.600,00

Fonte: DATAPREV/Síntese (julho/2021)

## EDUCAÇÃO

Na área da educação, **18.749** crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação precisavam ter a frequência escolar acompanhada no quinto período (out/nov) de 2019. Dessas, foram acompanhadas **18.126**, uma cobertura de acompanhamento de **96,68%**. O **resultado nacional** é de **93,07%** de acompanhamento na educação.

## SAÚDE

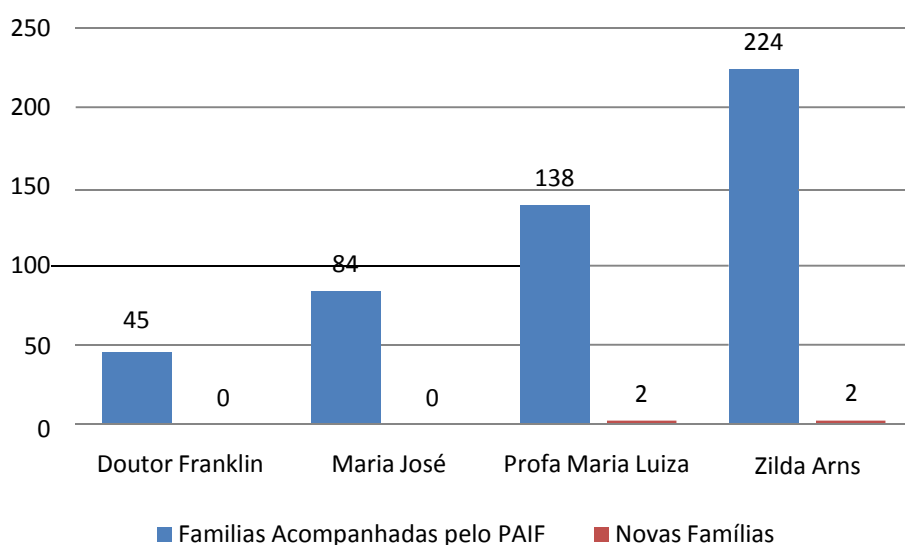
Na área da Saúde, **35.579 beneficiários (as)** tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2019. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e mulheres. O município conseguiu acompanhar **25.362 beneficiários(as)**, o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de **71,28%**. O **resultado nacional** de acompanhamento na saúde é de **79,71%**.

## CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).

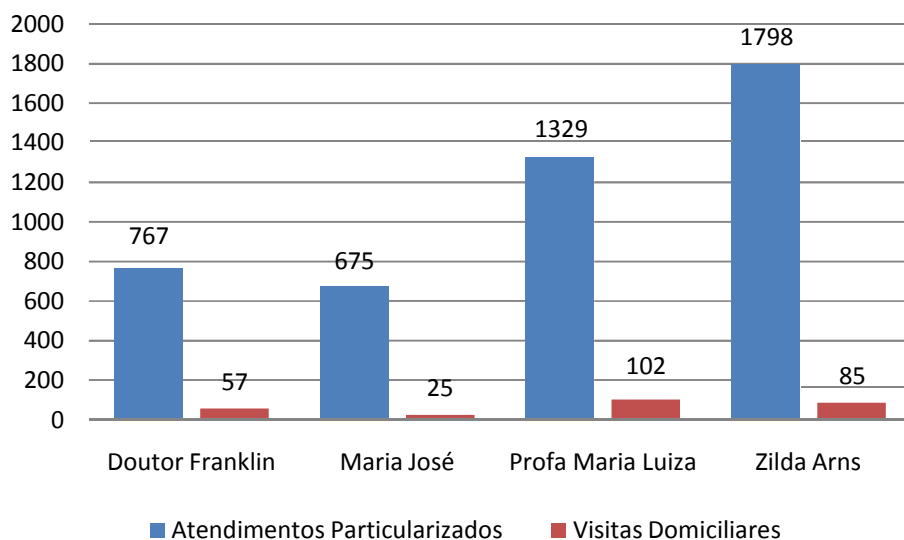
**Figura 9 – Volume de Famílias em Acompanhamento pelo PAIF Maio/2021**



Fonte: SAGI (julho/2021)

Das diversas atividades do CRAS, também é feito o atendimento particularizados no próprio equipamento ou no domicílio do beneficiário. Conforme números apresentados na figura 10:

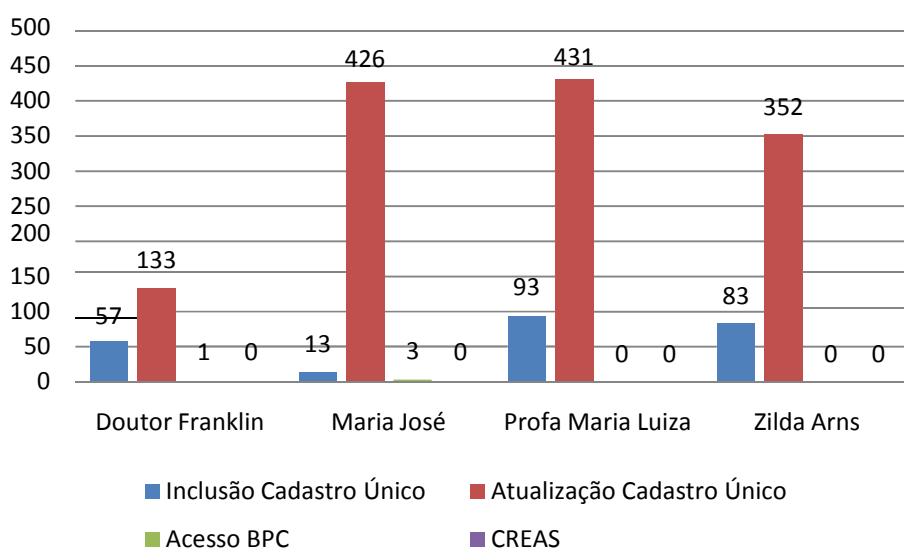
**Figura 10 – atendimentos Particularizados Realizados Pelo CRAS Maio/2021**



Fonte: SAGI (julho/2021)

Diante das necessidades encontradas no atendimento, o beneficiário é encaminhado para outros serviços ou equipamentos da rede. Conforme números apresentados na figura 11:

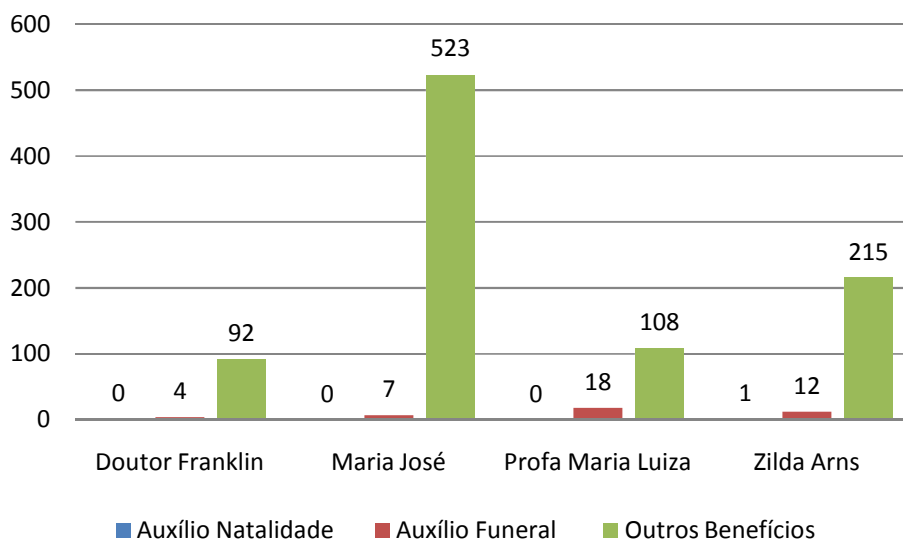
**Figura 11 – Encaminhamentos Realizados pelo CRAS Maio/2021**



Fonte: SAGI (julho/2021)

A depender da demanda, o usuário do serviço busca algum tipo de benefícios, conforme a necessidade é concedida. Conforme números apresentados na figura 12:

**Figura 12 – Benefícios Concedidos/Entregues – CRAS Maio/2021**



Fonte: SAGI (julho/2021)

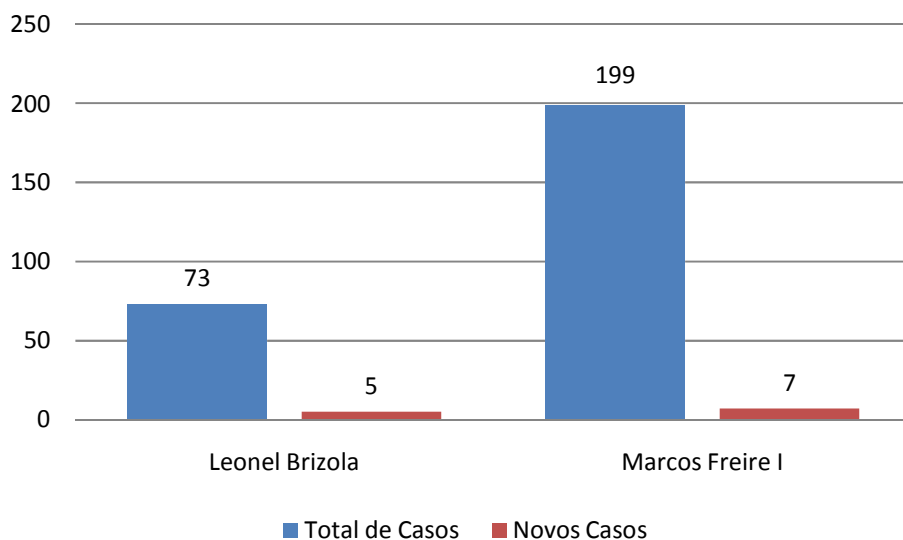
## **CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS**

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

**Figura 13 – Volume de Famílias em Acompanhamento pelo PAEFI Junho/2021**

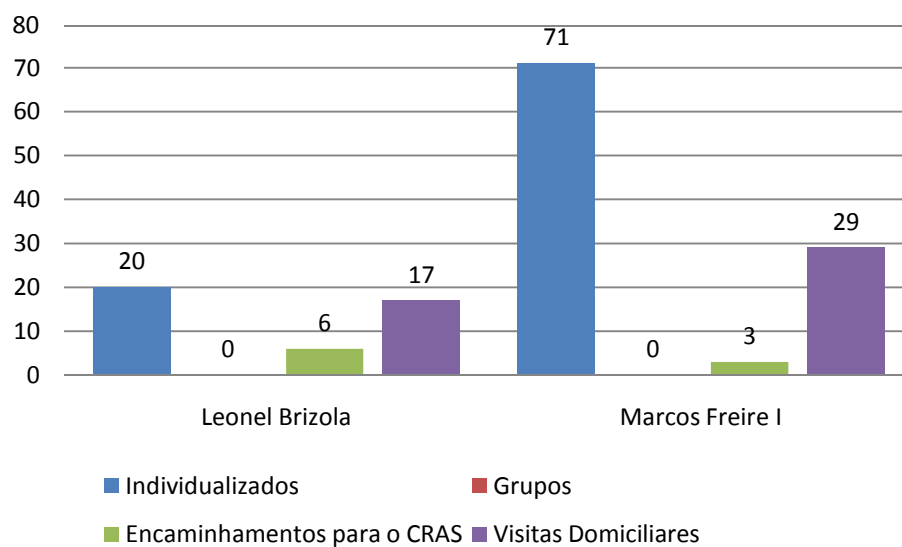




Fonte: SAGI (julho/2021)

O CREAS realiza atendimentos particularizados no próprio equipamento individualizado, em grupo ou no domicílio do usuário, bem como também podem fazer encaminhamento para o CRAS. Conforme números apresentados na figura 14:

**Figura 14– Atendimentos Realizados Pelo CREAS Junho/2021**



Fonte: SAGI (julho/2021)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que a consolidação e confiabilidade dos dados que são produzidos pela Vigilância Socioassistencial e do Projeto “Busca Ativa” são processuais e contínuos, logo, reafirmamos que o desafio diz respeito à aplicação de

indicadores nacionais as especificidades dos territórios visitados. Logo, os relatórios elaborados, consistem em uma parcela da população de Nossa Senhora do Socorro, destacando-se características de alguns dos territórios que não podem ser generalizados. Cabe dizer também que os dados aqui apresentados consideram as especificidades observadas in loco. Outro desafio está em melhorar a articulação entre as políticas públicas sociais existentes no município, para realização de um atendimento integral e qualificado aos usuários, fortalecendo ainda o uso de informações locais com os dados qualitativos. Quando atingirmos tais metas, será possível uma análise solidificada da política pública, integrando mais elementos conceituais e mais diretrizes e prioridades, o que viabilizará ferramentas mais densas que nortearão as decisões na esfera das políticas sociais.

Mesmo diante de tais limitações, almejamos que o diagnóstico torne-se parte do cotidiano dos profissionais, contribuindo para o planejamento e acompanhamento das ações no âmbito do SUAS. E que sirva também para qualificar a produção de informações no município e atuação dos agentes públicos e sociedade civil para o fomento do debate a respeito das realidades.

Ademais, retomamos as visitas com todas as medidas de segurança, pois compreendemos que as pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica precisam da garantia dos seus direitos básicos, e diante da crise que os brasileiros estão atravessando, os usuários da Política de Assistência Social não podem ser prejudicados. Por isso, diante do aumento da demanda, também nos colocamos à disposição da SMAS para garantir os direitos da população mais vulnerável do Município de Nossa Senhora do Socorro.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

MDS: Brasília, 2009.

BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero.

DAMATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro:

Rocco, 1997.

FERNANDES, R. M. C. HELLMANN, A. (orgs). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública)– Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.320 p.; il.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, R. P. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

NOVAES, R. VANNUCHI, P (orgs.), Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

## **Anexo I - Mensagem às comunidades enviada via WhatsappOlá**

Comunidades do **Pai André e Santo Inácio**,

Somos do Projeto Busca Ativa (Secretaria de Assistência Social de Nossa Senhora do Socorro) e realizamos a atualização cadastral das famílias do Cadastro Único – que possibilita o acesso à benefícios como o BolsaFamília, BPC, tarifa social da energia elétrica, dentre outros –, além de novos cadastros.

Nós estaremos na **Escola Municipal Apulcro Mota** para fazer a atualização cadastral, assim como novos cadastros. Então, pedimos às pessoas que possuem Cadastro Único desatualizados ou que desejarem fazer, que acessem nossos serviços de **21de julho até 28 de julho de 2021– 9h00min até 11h30min.**

É necessário levar documentos das pessoas da família que moram na mesma casa, assim como comprovante de residência.

Ressaltamos que essa é uma das alternativas encontradas pela SMAS de garantir que os cidadãos de Nossa Senhora do Socorro permanecem tendo acesso aos seus benefícios sociais, ao mesmo tempo que atendemos as recomendações de segurança das autoridades sanitárias e gestores locais para evitar a disseminação do Novo Coronavírus.

Agradecemos a colaboração de todos.

Equipe da Vigilância Socioassistencial/Secretaria Municipal de Assistência Social de N. S. do Socorro-SE.

## **ANEXO II - Mensagem Prorrogando as atividades do Busca Ativa nas Comunidades do Pai André e Santo Inácio**

Tendo em vista a grande demanda dos usuários no Pai André e Santo Inácio para realizar ou atualizar os cadastros, resolvemos prorrogar para os dias 29 e 30/07/2021 as atividades do Projeto Busca Ativa na Escola Municipal Apulcro Mota.

A prorrogação objetiva assegurar que o maior número possível de usuários da localidade tenham seus cadastros atualizados e mantendo seus respectivos benefícios da Assistência Social.

Vigilância Socioassistencial/Secretaria Municipal de Nossa Senhora do Socorro